

COMEMORAÇÕES PORTUGUESAS DE 1940

INFLUÊNCIA DOS MOUROS, JUDEUS
E NEGROS
NA ETNOGRAFIA PORTUGUESA

COMUNICAÇÃO APRESENTADA À 3.ª SECÇÃO
DO CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA POPULAÇÃO
PELO PROF. DR. J. A. PIRES DE LIMA



IMPRESSA PORTUGUESA
PÔRTO — 1940

COMMEMORATIVE PROGRAMS OF THE
INFLUENCIA DOS MOUROS, JUDÉUS
E NEGROS
NA ETNOGRAFIA PORTUGUESA

*Extracto das Actas do Congresso Nacional
de Ciências da População — vol. II*



IMPRESA PORTUGUESA
108, Rua Formosa, 116—Pôrto



16.5.82.12
705

Influência dos Mouros, Judeus e Negros na Etnografia portuguesa

B. 144792

Entre os assuntos a estudar pelo Congresso Nacional de Ciências da População, propôs a Comissão Executiva o tema que me abalanço a desenvolver.

Evidentemente que não é nas breves sessões de um congresso e em escassas trinta páginas que pode versar-se matéria de tamanha importância: *Influência dos Mouros, dos Judeus e dos Negros na Etnografia portuguesa*.

Este pequeno trabalho será apenas o esquema de obra de maior fôlego, que procurarei realizar oportunamente.

— Questão sujeita a intermináveis controvérsias é o problema das origens étnicas do Povo português.

Desde os obscuros tempos da prê- e da proto-história, muitas raças e tribos habitaram êste recanto da Península, procurando destruir-se umas às outras e fundindo o seu sangue em contínuas mestiçagens.

Antes do raiar do Cristianismo, quem possuía as nossas terras eram os Celtas e Celtiberos, povos rudes, mas de carácter altivo e independente, cujas virtudes se incarnaram na figura heróica de Viriato.

Vieram depois os nobres Romanos, que nos ditaram as leis e nos trouxeram a língua e a religião.

Tão intensa foi a influência romana que, apesar da vinda dos chamados bárbaros do Norte e dos árabes, quási dois mil anos depois da conquista, ainda impera aqui o Direito romano, ainda

professamos a doce religião de Cristo, ainda falamos a língua que «com pouca corrupção, crê que é latina».

Das muitas e desvairadas tribos que entraram na constituição do Povo português, há três grupos étnicos que são fundamentais: o Lusitano, o Romano e o Germânico.

Tôdas as outras foram secundárias, e fàcilmente se amalgamaram na massa indígena.

Neste estudo vou ocupar-me das revivescências no nosso meio dos três povos intrusos e da maneira como o nosso povo, nas suas tradições, encara a convivência com êles.

Vejamos como os Mouros, os Judeus e os Negros vieram até nós e que vestígios deixaram na etnografia portuguesa.

Os Portugueses primitivos consideravam elementos estranhos os Semitas (Árabes e Judeus), os Negros e outros povos que se imiscuíram na nossa população.

Neste ensaio, veremos como êles chegaram até nós e como as tradições populares portuguesas a êles se referem.

Desde já informarei que o nosso povo vê sempre de soslaio os elementos estranhos, desconfiando dos Mouros, odiando os Judeus, a cuja raça não perdoa a Paixão de Cristo nem a exploração usurária, e mostrando às vezes certa simpatia pelos Negros, a-pesar-da sua maior inferioridade étnica.

Êles são os eternos explorados, e a piedade do nosso povo lamenta-os nos seus ditados e nas suas redondilhas.

«Deus te livre do Mouro e do Judeu, e do homem de Viseu» — diz um conhecido rifão, que, às vezes é ampliado. Afirmo, judiciosamente Leite de Vasconcelos, que a verdadeira antipatia popular vai sòmente para as raças exóticas; o *homem de Viseu* entra ali, apenas, por influência da rima.

Como vestígios da escravatura, temos os ditos: «trabalhar como um Negro», «trabalhar como um Mouro».

Na antroponímia portuguesa ficaram certos nomes próprios

relacionados com a invasão árabe; tais são os apelidos Mouro, Moura, Mourão, Mourato, Morato.

Das lutas da reconquista, ficou o seguinte estribilho: — «Atirou-se como S. Tiago aos Mouros ».

E do tempo dos corsários argelinos deve datar o seguinte dizer cauteloso: «Anda Mouro na costa...»

O ódio aos Judeus manifesta-se constantemente: «Fazer uma judiaria» é praticar uma violência injusta. Quando somos açoitados por um vendaval, é costume dizer-se: «parece que morreu algum judeu».

E quando alguém calca um pé inadvertidamente, o ofendido replica: «O de baixo é meu; o de cima de algum judeu...»

Pelo Natal, quando os rapazes cantam os «Reis» pelas aldeias do Minho, não recebendo qualquer donativo, desafrontam-se desta maneira: «Esta casa cheira a breu; mora aqui algum judeu!»

Contra os Negros não existe a mesma antipatia: «Trabalhar como um Negro» é sinónimo de empregar uma esforçada actividade, de sol a sol, sem remuneração condigna. As crianças, procurando ofender os seus companheiros, chamam-lhes, às vezes, sem acrimónia, — «Prêto, Mulato, Cabeça-de-Gato!»

Mas, quâsi sempre, os Negros são tratados carinhosamente. O povo designa-os, quâsi sempre, no diminutivo: «Vi um pretinho».

Como sucede com os Mouros, fomos buscar alguns apelidos à raça negra: Prêto, Negro, Negrão, Negreiros.

Nesta memória ocupar-me-ei, sumariamente, da maneira como os Árabes, os Judeus e os Negros apareceram em Portugal, da forma como foram recebidos e das tradições que deixaram no nosso povo.

Será êste trabalho o primeiro capítulo de obra mais vasta, em que estudarei mais minuciosamente a influênciadaqueles povos em cada uma das seis províncias em que o território português era

antigamente dividido: Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Alentejo e Algarve.

★

Segundo Alexandre Herculano (25), a invasão da Espanha pelos Muçulmanos não foi uma conquista de extermínio. Como acontece em todos os tempos, a passagem dos invasores ficava assinalada pelo sangue e pelas ruínas, na proporção da resistência ; mas, até nas povoações onde mais tenaz a haviam encontrado, os Muçulmanos nem sempre acompanhavam a vitória com inútil carnificina.

Aos Cristãos se assegurou a conservação dos bens e a livre profissão do Cristianismo, obrigando-se os novos senhores de Espanha a respeitar-lhes os lugares sagrados e o santuário doméstico. Pelo menos, assim rezava o tratado celebrado entre o chefe Mouro vencedor (Abdul-Azíz) e o chefe Godo vencido.

Haveria a mesma tolerância e igualdade de tratamento para os prosélitos das duas religiões.

A violência e a cubiça individuais desobedeciam por vezes àquele sistema, mas os chefes árabes procuravam reprimir abusos e trataram, quási sempre, benèvolmente os Hispano-godos, mandando respeitar o culto cristão.

Havia completa liberdade religiosa e, diz Herculano, «se dermos à rudeza dos tempos, à forma despótica da administração e às paixões humanas a parte que lhes cabe na história das violências praticadas na Península durante o domínio sarraceno, acharemos, talvez, que nunca sistemáticamente se abusou tão pouco do absurdo direito da conquista: nunca a tolerância se associou, de modo tão singular, com o entusiasmo religioso».

Talvez dominado excessivamente pelas idéias liberais e pelos idealismos da escola romântica, o que é certo é que Herculano

trata com grande simpatia os Árabes que invadiram a Península: acha-os muito mais civilizados que os Cristãos, e informa que houve grande exagêro nos cronistas que se referiram às perseguições à religião de Cristo.

Se tais cronistas exageraram, parece-nos que também o fêz Herculano, quando, para justificar a sua simpatia pelos invasores, chega a admirar mais os Cristãos que os submeterem do que aquêles que se revolucionaram, iniciando a obra da reconquista.

Diz Alberto Sampaio (11) que a entrada dos Árabes no século VIII determinou profunda desordem em tôdas as relações sociais. As guarnições militares eram diminutas e na maioria compostas por Judeus, que mostravam mais simpatia pelos seus irmãos de raça do que pelos Cristãos que os perseguiam...

O senhorio das terras pertencia realmente ao Muçulmano, mas os Cristãos mantinham a sua posse e cuidavam da sua cultura. Tal era a tolerância religiosa que, depois da conquista árabe, continuou a haver bispo em Dume.

Muito antes do século VIII, diz Leite de Vasconcelos (64), já havia alguns Árabes na Península, pois, na época romana, já os *Mauri* fizeram várias incursões na *Hispania*.

Mas a invasão decisiva dos Sarracenos realizou-se em 711. Em todo o nosso território, não teve igual importância o domínio sarraceno: ao Norte do Douro foi quási nulo e durou pouco tempo aquêle domínio; do Douro ao Mondego durou desde o século VIII ao século XII e, do Mondego ao Guadiana, tiveram os Mouros quatro séculos e meio para propagarem a sua prole, e expandirem a sua civilização.

Informava o mesmo autor (61) que a dominação arábica pode considerar-se geral nos primeiros momentos; mas, passados alguns decênios, os Árabes perderam Entre-Douro-e-Minho e a Galiza, regiões onde a sua acção parece ter sido diminuta.

Segundo Alberto Sampaio, no Norte, os Sarracenos fizeram

irrupções, feriram-se batalhas sanguinolentas, mas não se demoraram senão durante a expedição militar; não alterou a população nem o regime social, nem exerceram preponderância ou influência.

Nas lutas da reconquista, diz Leite de Vasconcelos (44), os Mouros que capitulavam e se submetiam ao nosso domínio, ficavam sendo *Mouros fôrros*, isto é, livres; e concediam-se-lhes bairros ou *mourarias* para viverem. Outros, que resistiam, passavam a escravos.

Os Mouros livres foram expulsos por D. Manuel, com os Judeus, em 1496, excepto aquêles que se convertessem ao cristianismo, chamados depois *Mouriscos*.

Aos escravos mouros outros se juntaram, resultantes do comércio, e da pirataria na costa africano-maometana.

Segundo o mesmo autor (64), estiveram em contacto com os Portugueses, no Continente: 1) escravos mouros do tempo da reconquista, e seus descendentes; 2) Mouros fôrros (até 1496), Mouriscos e um ou outro Mouro que não se exilou; 3) cativos de África e seus descendentes; 4) Mouros vindos de várias partes, do século XVI em diante. Os Mouriscos eram os Mouros convertidos, como os Cristãos-novos eram os Judeus também convertidos.

Informa Gama Barros (8) que, nos «Portugaliae Monumenta Historica» se encontram muitas dezenas de nomes de pessoas cristãs em que entra *Ibne*, *Iben* ou *Ben*, palavra árabe que designa filiação.

Diz-nos Fortunato de Almeida (40) que uma provisão de 1641 proibiu que em Portugal houvesse escravos mouros. Apesar disso, havia-os numerosos em tôdas as cidades, vilas e povoações importantes. Em 1620, só em Lisboa, havia 10:470 escravos mouros, índios e até brancos, apesar da proibição das «Ordenações».

Gil Vicente (16) por duas vezes se refere aos Mouros: Nas «Côrtes de Júpter» é desencantada uma Moura do seu encantamento e o grande escritor, a pedido do Conde de Vimioso, glosou o seguinte rifão de Afonso Lopes Çapaio, cristão-novo que vivia em Tomar:

«Matou-me Moura e não Mouro
E quem m'a lançada deu
Moura ela e Mouro eu.»

Uma das tradições mais arraigadas no nosso povo é a do martírio dos Santos Mártires de Marrocos.

No VII volume da «Revista Lusitana» (6), Estêves Pereira descreve um manuscrito iluminado da Biblioteca Nacional, em que se narra a morte dos seis frades que S. Francisco de Assis mandou, em 1219, a Marrocos prègar a fé cristã.

Ainda, no nosso tempo, todos os anos, em Janeiro, se celebra na igreja de Paderne (Melgaço), antigo mosteiro de Crúzios, a cerimónia dos Santos Mártires de Marrocos.

Duma capela sai a procissão, na qual se encorporam alguns meninos com o hábito de frades franciscanos, e de cabeça amplamente rapada. Representam os Mártires de Marrocos e são acompanhados, da capela até à igreja românica de Paderne, por um figurante que representa o rei de Marrocos, de traje mirabolante, e espada desembainhada, a fingir que decepa a cabeça dos *Mártires*. Êsse figurante é bem pago, e, como se torna antipático, há pouco quem queira representar tal papel.

Ao chegar a procissão à igreja, o prior faz um sermão comemorativo. Confronte-se a cerimónia de Paderne com as esculturas, tão expressivas, da Igreja de S. Francisco, do Pôrto.

A mistura de sangue semita ou negro na população de Portugal a cada passo é exagerada por cientistas estrangeiros, com intuits deprimentes para nós.

Na «Portvgalia» I, 3 (11), R. S. (Ricardo Severo) protesta enèrgicamente contra Zaborowski, o qual, em comunicação à *Société d'Anthropologie* de Paris, chega à conclusão de que os Portugueses são de origem *moura, berbere e egípcia*.

Para chegar a essa conclusão, Zaborowski não precisou mais do que observar 36 fotografias que lhe mandou Mesquita de Figueiredo.

Mais recentemente, muito se tem discutido na Alemanha a nossa filiação negróide. Tais idéias derivaram em grande parte, do célebre mapa das raças da Europa, de von Eickstedt, no qual se vê, ao Sul do Têjo, uma mancha indicativa de elementos negróides. Mais adiante reduzirei às devidas proporções êsse elemento exótico.

Segundo Martins Sarmiento (2), as tradições populares a que anda ligado o nome de Mouros, são alguns séculos mais velhas que a aparição dos Árabes na Península. Os nomes de mouro e de pagão tornaram-se sinónimos. Ainda hoje a madrinha, entregando à mãe a criança que levou à pia do baptismo, diz indiferentemente: «Levei-o amoirado, trago-o baptizado; ou «leveio-o *pagon*, trago-o cristão».

A mesma tradição colheu Leite de Vasconcelos (3) em Guimarães: «Quando os meninos estão por baptizar são moiros».

Tomás Pires (6) (*Investigações etnográficas* — «*Revista Lusitana*» x), refere igualmente: «Quando a comadre, ao vir da igreja, entrega à mãe o filho baptizado, é costume dizer:

«Levei-o amoirado
Trago-lho baptizado.»

Segundo Leite de Vasconcelos (3), assim como se designa por mouro um menino por baptizar, também graciosamente é considerado mouro o vinho puro, que não leva água.

Em Barroso, mouro é sinónimo de sujo (mãos moiras). Confronte-se o termo «moreno».

David Lopes (6) («Revista Lusitana» xxiv) refere-se a numerosas povoações do sul do País, cujo nome é derivado do árabe.

E Pedro de Azevedo (6) («Revista Lusitana» xxii) publicou também uma lista de alguns nomes mozárabes no Sul de Portugal.

Leite de Vasconcelos (6) («Revista Lusitana» xxi) ensina: «ao contrário do que sucede com os nomes germânicos, que predominam no Norte e na Beira, rareando no Sul, os nomes árabes rareiam no Norte e vão crescendo da Beira para baixo».

Adolfo Coelho (11) arquivou diversos rifões relativos aos Árabes: «No tempo dos moiros»; «A moiro morto, grã lançada»; «Nunca de bom moiro bom cristão»; «em casa do moiro não fales algarvia»; «quem lava a cabeça a moiro perde tempo e sabão»; «quem poupa seu moiro, poupa seu oiro»; «vinho nem moiro não é tesoiro»; «moiro que não podes haver forra-o por tua alma» («Portvgalia», i, 3).

Leite de Vasconcelos (14) colheu, em um manuscrito da Biblioteca da Academia R. das Ciências de Lisboa, uma série de adágios em árabe e português, entre os quais os seguintes:

— A água o dá e a água o leva.
— A água leva tudo.
— Abateu-lhe as cristas.

— A boa guerra faz a boa paz.
— A boa vontade supre a obra.
— A boca não pede fiador.

Em 1922, tive ocasião de confrontar (35) algumas lendas e tradições portuguesas com certos passos do Alcorão, tais como: as têmperas de Santa Luzia ou «Sortes», previsões meteorológicas para todos os meses do ano, feitas de 13 a 24 de Dezembro do ano anterior; a *dama-pé-de-cabra*; o *Monje e o passarinho*; as orações e o auxílio celeste nas grandes batalhas.

Leite de Vasconcelos (43) diz que os apelidos Mouro, Mauro,

Maurício, Morato, Amaro, etc., indicam origem arábica e David Lopes (45) atribue a mesma origem ao episódio camoniano da «Ilha dos Amores» («Portvcale», III).

Na mesma revista (I, 301), A. Lima Carneiro diz que ao salitre ou tinha das paredes também se dá o nome de moura.

Os tesouros das mouras encantadas nas fontes, penedos, outeiros, grutas, não são mais, para Leite de Vasconcelos (64), do que as riquezas naturais da terra (*Opúsculos*, v, 407).

O mesmo ilustre investigador regista, da colecção de adágios de D. Carolina Micaëlis: «A mouro morto, gram lançada»; «A mouro morto, matá-lo». (Idem, VII, 716).

Como diz Leite de Vasconcelos (64), desde o romanceiro de Garrett que se registam os versos populares: «Té os Mouros da Moirama Festejam o S. João». (VII-1342).

No Museu Etnológico Português existe uma secção «Época dos Árabes», onde pode estudar-se a sua influência desde o século VIII ao século XIII.

Para terminar êste capítulo, vou transcrever alguns excertos do bellissimo romanceiro popular relativo aos Mouros:

Santa Catarina

« Lá na cidade de Roma
Houve em tempo uma donzela
Catarina se chamava;
Seu pai era um pêro moiro,
Sua mãe arrenegada.

Logo pela manhãzinha
Seu pai a atormentava
P'ra deixar a lei divina
E a de moirama tomar
.....

(Fernandes Tomás, 57).

A Irman cativa

.....
« Quem canta lá no jardim,
Quem assim pode cantar?
— É a vossa escrava cristan
A sua filha a embalar.
.....

P'ra receber o baptismo
Eu te teria levado;
Mas 'stamos na mouraria
Onde não há baptizado».
.....

(Idem).

A filha do rei de Marrocos

«A filha do rei de Marrocos	Nosso rei a estimou
Deu um passeio ao mar;	Como princesa real,
Deu o navio à costa,	Mandou com 25 milhões
A Lisboa veio dar.	E a nós a acompanhá-la.

(Quando o rei de Marrocos viu a filha, disse):

— Viva el-rei de Portugal	Que desembarace os portos do mar.
Que me estimou a minha filha	Trigo a meio tostão
Como princesa real!	Lhe hei-de eu pôr em Portugal».
Dizei lá ao vosso rei	

(Leite de Vasconcelos, 64-vii, 967).

Branca Flor

— À guerra, à guerra, moirinhos.	De oiro e de pedraria ;
Quero uma cristã cativa!	Uma noite abençoada
Uns vão pelo mar abaixo,	Fugiram da Moiraria.
Outros pela terra acima;	Foram ter à sua terra,
Tragam-me a cristã cativa,	Terra de Santa Maria;
Que é para a vossa rainha.	Meteram-se num mosteiro
.....	Ambos professaram num dia».
Juntaram muita riqueza	

(Idem, 1076-1079).

Canta, Moiro; canta, Moiro

«Canta, Moiro; canta, Moiro,
Canta pela tua vida.	— Diz-me tu agora, Moiro,
— Como cantarei, embora,	Ó Moiro da Moiraria,
Eu nesta prisão metido?	Se me levas por espôsa
— Quanto deras tu, ó Moiro,	Se me levas por amiga».
A quem dela te tirasse?	

(Idem, 1041-1046).

Conde Flores

«Lá se vai o Conde Flores	Chamadinha Guiomar:
Co'os Mouros a batalhar;	- Se eu não vier em sete anos,
Disse à sua esposa	Com Deus! te podes casar.

Andando él' no terreiro
Co'os Mouros a batalhar,
Alembrou-lhe a sua espôsa
Chamadinha Guiomar».

(Idem, 994).

★

Os mais antigos Judeus que apareceram, testemunhados em documentos nossos, diz Leite de Vasconcelos (43), são do Século X-XI, mas parece que é muito mais antigo o estabelecimento dêles na Península.

Os Judeus viviam em bairros separados (*judiarias*) e eram obrigados a usar um distintivo no vestuário, pelo que se chamavam *Judeus do sinal*.

O mesmo autor diz mais tarde (64): «da existência de Judeus na Hispania, onde êles se estabeleceram em eras remotas, temos testemunho escrito, pelo menos, do século III, *ao que parece*. Ora perseguidos, ora tolerados, os Judeus exerceram grande influência étnica e social nos estados peninsulares, e quando D. Afonso Henriques conquistou Santarém aos Árabes, em 1147, já lá existia uma sinagoga, o que mostra quão numerosa era no Ribatejo a população judaica. Os Judeus que, desde a época anterior, cá existiam, foram reforçados em 1492 com os que vieram de Espanha, lançados de lá pelos reis católicos».

Informa Herculano (25) que a raça hebraica existia na Península antes da invasão de Tarik e Musa. O código visigótico, onde se acham compiladas as leis dos diversos reinados acêrca dos Judeus é, nessa parte, diz o grande historiador, um modelo de feroz intolerância. O desejo de sacudir o duro jugo em que viviam lançou os Judeus no partido muçulmano, e, assim, trabalharam por induzir os sarracenos a invadirem a Espanha.

Gama Barros (8), no vol. III da sua obra notável, ocupa-se também da perseguição dos Judeus no Império Visigótico de Espanha (século VII).

Mendes dos Remédios, na sua conhecida tese de concurso à Faculdade de Teologia de Coimbra (7), faz uma rasgada apologia dos Judeus. É curioso notar que, entre os defensores mais fogosos dessa raça se contam alguns padres, como António Vieira, Mendes dos Remédios e o Abade do Baçal.

Confessa, todavia, Mendes dos Remédios, que os Judeus abusavam das condições em que se encontravam: emprestavam quantias enormes aos reis e tinham tôda a gente dependente dêles. Eram prepotentes e desconfiados nos negócios, «humilhando e vexando aquêles com quem tratavam, com uma baixeza que chegava às vezes à sordidez».

No século XIV, o ódio à usura era geral. O dinheiro estava todo nas mãos dos Judeus, que o emprestavam a juros fabulosos (60 a 100 por cento). Por 25 libras que havia recebido, um abade inglês teve de repôr 840 ao fim de quatro anos. A usura tornou-se, dêste modo, nas mãos dos Judeus, um verdadeiro flagelo.

No capítulo X da sua obra, mostra Mendes dos Remédios como os Cruzados espalharam pela Europa o ódio aos Judeus.

Em Portugal, tal ódio bebia-se, por assim dizer, com a educação. Chamavam-lhes cães, perros, rabudos, *marranos* e raça maldita.

Um sôpro de maldição acompanhou sempre os Judeus por tôda a parte, diz Mendes dos Remédios. Vê-se pois, que as culpas das perseguições não cabem tôdas aos nossos grandes reis D. João II, D. Manuel I e D. João III...

Governava superiormente a comunidade judaica um Rabi-mór, nomeado pelo Rei; e aquêle nomeava, por sua vez, um ouvidor para cada uma das sete comarcas em que se dividia o reino:

Entre-Douro-e-Minho (Pôrto), Trás-os-Montes (Moncorvo), Beira Alta (Viseu), Beira Baixa (Covilhã), Estremadura (Santarém), Alentejo (Évora) e Algarve (Faro).

A legislação acêrca das judiarias mostra o cuidado especial, que havia da parte dos nossos reis, para evitarem a perversão dos cristãos pela sua convivência com os Judeus. Procurava impedir-se a familiaridade, opondo uma barreira à difusão de religião judaica.

Era preciso que os Judeus não se confundissem com os Cristãos, usando um distintivo, mas êles desobedeciam...

As judiarias e as sinagogas pululavam por tôda a parte: Lisboa. Pôrto, Santarém, Lamego, Guimarães, Chaves, Évora, Coimbra, Viseu, Guarda, Elvas, Faro, Covilhã, Beja, Miranda, Barcelos, etc. Também tinham cemitérios privativos e em Chaves havia um *Genesim*, escola em que se explicava o Pentateuco.

Os Judeus viviam afastados nas judiarias, donde não podiam sair de noite, depois do toque do *sino d'oraçom*. Mas êles não obedeciam, provocando escândalos.

Apesar de tudo, Mendes dos Remédios trata os hebreus com grande simpatia. É certo que, com êles, perdemos grandes homens e grandes riquezas. Judeus foram os maiores médicos portugueses, aquêles que maior nome deixaram na história da medicina: Garcia de Orta, Amato Lusitano, Rodrigo de Castro, Zacuto Lusitano, Castro Sarmiento e Ribeiro Sanches.

Mas é preciso não exagerar: do terrível decreto de D. Manuel I resultou que se mantivesse a unidade religiosa e que só Portugueses mandassem em Portugal. Se entre os Judeus houve homens notáveis, não consta, todavia, que fôssem Judeus os grandes Reis das duas primeiras dinastias, não parece que tivessem sangue hebreu Nun'Álvares e Albuquerque, nem Gil Vicente, nem Camões...

Mendes dos Remédios, seguindo as doutrinas de Herculano, Oliveira Martins e Antero de Quental, ataca violentamente D. Manuel, acusando-o de «trocar o sossêgo de milhares de famílias pelo sorriso duma mulher». O teólogo conimbricense,

indo na esteira de Herculano, torna D. Manuel I culpado da grande tragédia de 9 de Abril de 1506 e pergunta: «Que fazia entretanto D. Manuel I, a quem um acaso feliz atirava para o trono na idade florescente de 26 anos, e que era o causador dos acontecimentos?»

Era assim que a literatura do século XIX tratava os grandes Reis da dinastia de Avís...

Quando rebentaram as perseguições, em Espanha e Portugal, milhares e milhares de Judeus receberam o baptismo, diz Mendes dos Remédios, e, por uma cerimónia sacrílega e hipócrita, ficaram aptos para contraírem uniões com Cristãos. Quem acreditará na pureza do sangue semita? Quem acreditará igualmente na pureza do sangue ariano? Onde haverá Judeu que não tenha, pelo menos, uma gota de sangue cristão, e cristão em cujas veias não gire também um glóbulo de sangue judaico?

Tem plena razão Mendes dos Remédios, quando não acredita na pureza das raças.

Mas é manifestamente parcial quando atribue à raça hebraica uma inocência perfeita, que aliás é desmentida a cada passo na tese de Mendes dos Remédios, noutra passo da qual se encontra nos Judeus a astúcia, a mentira, o disfarce, a hipocrisia.

«É um facto, diz êle, que o Judeu não tem a franca e ampla candura da alma, simplicidade, desafecção. Engano. A sua astúcia é a sua arma. É assim que vence.»

Aí fica o retrato psicológico do Judeu, traçado por um amigo.

Os Judeus não se dedicam à agricultura, nem à vida militar. Mas têm nas suas mãos os bancos onde se acumula o capital; são dêles as fábricas de material de guerra; têm por si a opinião pública, pois que a dirigem e subjagam por meio da imprensa; ocupam cátedras universitárias, sobem à tribuna como representantes do povo e sobraçam pastas de ministros, legislam, governam, dominam. Isto é transcrito dum autor francês, mas pode

apropriar-se a tôdas as nações onde há considerável população judaica.

Foi no IV Concílio de Latrão (1215) que se impôs aos Judeus a obrigação de se distinguirem dos Cristãos pela sua maneira de vestir (estrêla de pano amarelo, em lugar bem visível, barrete amarelo, etc.). Mas êles resistiram sempre a tal determinação legal. Também foram os concílios que determinaram o afastamento dos Judeus em bairros excêntricos das cidades.

Os papas foram, quási sempre, tolerantes para com os Judeus, condenando severamente as perseguições contra êles.

Apesar disso, os hebreus mostravam-se ingratos, com o seu orgulho e prepotência.

A obra de Mendes dos Remédios confirma que, desde o século IV, havia inúmeros Judeus na Península, os quais atraíam os Cristãos, favorecendo os invasores muçulmanos.

Conquistada Granada pelos Reis Católicos (1492), foram expulsos os Judeus da Espanha, dentro do espaço de quatro meses.

Durante a nossa primeira dinastia, os Judeus foram bem tratados em Portugal. A excessiva tolerância fêz com que êles se apoderassem de tôda a riqueza e que adquirissem grande importância política. D. Dinís chegou a encarregar um Judeu de gerir os negócios da Fazenda.

A propóstio da aliança entre D. Pedro I de Castela e D. Pedro I de Portugal, diz expressivamente Afonso Lopes Vieira (72):

«Retribuíu a cordial embaixada com outra que mandou a el-rei de Portugal, e da qual, por sinal, fazia parte Samuel Levy, pois que os monarcas cristãos, nesse áspero capítulo dos dinheiros, delegavam nas espertas mãos judaicas o encargo de enriquecer as coroas cristianíssimas.»

Ao contrário do que succedeu na 1.^a dinastia, começaram a ser maltratados os Judeus na dinastia de Avis.

Logo no comêço, foram castigados por atraçoarem o povo em favor de Leonor Teles. O povo, diz Mendes dos Remédios (7), cada vez odiava mais os Judeus, por serem usurários e ocuparem os melhores lugares públicos.

No reinado de D. João II, os lamentos contra os Hebreus eram gerais. Os Cristãos sentiam-se vexados, pelas suas misérias e pobreza, em confronto com a opulência dêles. As leis, tanto eclesiásticas como civis, que regulavam o seu trato com os Cristãos, eram cada vez mais desprezadas.

As represálias iam ser terríveis, e o reinado de D. João II foi o prelúdio da tragédia, que teve o seu apogeu no dia da «Matança de S. Domingos».

Apesar da grande opposição do povo, D. João II permitiu que os Judeus expulsos de Castela viessem para Portugal. A entrada só podia fazer-se por Olivença, Arronches, Castelo-Rodrigo, Bragança e Melgaço.

Entraram então, no nosso País, talvez 200:000 Judeus e, com êles, uma epidemia de peste, diz Mendes dos Remédios, de tabardilho, emenda Ricardo Jorge (9).

Foi muito cruel o procedimento de D. João II para com os Judeus que admitiu no nosso País, e essa crueldade exacerbou-se no reinado seguinte, com o decreto da expulsão de 5 de Dezembro de 1496.

Parece que só influíu nos legisladores o ódio do povo, ódio justificado pelo procedimento do Judeu sempre avaro.

Esqueceram as suas boas qualidades, a colaboração dos seus cosmógrafos nas Descobertas, a sua iniciativa na introdução da imprensa em Portugal, a sua grande riqueza, que tantas vezes livrou de apuros o tesouro.

Porque êste ódio indomável, que criou aos Judeus um martiriológio no seio de cada povo em que se estabeleceu?

A esta pergunta de Mendes dos Remédios, encontra-se resposta na sua própria obra (7).

No actual século, a questão judáica tem sido versada com mais serenidade e imparcialidade por escritores como Gama Barros e, sobretudo, Lúcio de Azevedo. Do primeiro (6) podem ler-se uns curiosos apontamentos publicados por Leite de Vasconcelos na «Revista Lusitana», xxxiv, trabalho em que se mencionam numerosíssimos documentos sôbre Judeus e Mouros, desde 1361, com lista das suas comunas.

E, na sua conhecida e monumental «História da Administração» (8), informa que os Judeus, expulsos de Castela em 1492, trouxeram para Portugal a peste (ou o tifo exantemático, segundo Ricardo Jorge) (9). D. João II determinou que nenhum Judeu entrasse em Lisboa sem se averiguar se êle provinha de lugar são, e sem trazer documento que o atestasse (8-11). E, no vol. III, regista as providências tomadas contra os Judeus, por sugestão do concílio de Toledo (589). Ali ficaram estabelecidas as relações que devia haver entre Judeus e Cristãos.

São fundamentais os estudos de Lúcio de Azevedo acêrca dos Cristãos Novos portugueses.

«A expulsão dos Judeus (de Espanha) em seguida à dos Árabes, aparecia como uma emancipação necessária, diz Lúcio de Azevedo (23). Fernando e Isabel... ordenando a expulsão não praticaram, pois, um acto de caprichoso fanatismo, antes obedeciam à imposição do sentimento nacional, a cujos ditames não lograria, sem inconvenientes graves, esquivar-se.»

Decretada a expulsão dos Judeus por D. Manuel I, e obrigados a converterem-se os que não saíssem, «começou a era dos cristãos-novos». Contra vontade sua, êste povo, até aí estranho

à nacionalidade e confinado nas judiarias, tinha de se integrar na família portuguesa, que o detestava.

A expulsão dos Judeus, no tempo de D. Manuel, diz Lúcio de Azevedo, tem sido tratada até hoje quasi exclusivamente sob o ponto de vista sentimental. O aspecto social e político da questão ficou de parte, e, ao fanatismo dos príncipes, ao fanatismo do povo, exclusivamente se atribue um acontecimento de que o sentimento religioso não foi, de certo, o mais importante factor.

A Holanda era muito próspera antes de para lá imigrarem os judeus portugueses, que não foram levar para lá a sua riqueza, mas antes explorar a da Holanda.

Na Idade-Média, a população cristã compunha-se principalmente de agricultores e guerreiros — o elemento produtor e o construtor das nacionalidades. Os Judeus ocupavam-se apenas do comércio e das finanças.

A luta contra os Judeus foi um facto económico, diz o grande historiador. Os Portugueses, inimigos tradicionais dos Mouros, tratavam-nos bem, ao contrário do que sucedia com os Judeus, cuja perseguição não foi por motivos religiosos, ao contrário do que geralmente se crê.

Confronte-se a perseguição aos Judeus da Península, no século XVI, com o anti-semitismo alemão quatro séculos depois.

Leroy-Beaulieu, defensor dos Judeus, reconhece o perigo semítico da Península, naquela época, e acha explicáveis os rigores da Inquisição.

D. João III, diz Lúcio de Azevedo, foi apodado de fanático pela história... juízo imprudente, de quem não investiga até que ponto, nos actos régios, prima a razão política. Ainda nos estados mais aristocráticos, a opinião pública é uma força com que os governos têm que contar.

O povo reclamava um tribunal para julgar os hereges e, se elle não tivesse sido criado, é plausível acreditar que as nações

ibéricas teriam perdido a individualidade própria, convertendo-se em uma espécie de colónia da Palestina.

O alto espírito de Ricardo Jorge (9), orientado pelas idéias anti-nacionalistas da época, achava os Judeus um povo superior, e entendia que, se não fôsse a entrada de sangue hebraico na gente ibérica «ter-se-ia operado em tôda a Península a cretinização absoluta, pela selecção do queimadeiro e pela educação fradesca». E acrescentava: «E enquanto os Judeus portugueses davam riqueza à Holanda e Spínosa ao mundo, nós empobrecíamos e bestificávamo-nos na mais soez beatitude que dar se pode».

Enquanto que Ricardo Jorge achou vantagens nos cruzamentos com a raça hebraica, é de opinião diametralmente oposta Lúcio de Azevedo (23-111), que atribue a decadência de Portugal à mestiçagem com os Judeus e com os Negros.

Estou convencido que tem razão êste último, pois que a manutenção da pureza da raça deve ser a aspiração das nações.

Mas é preciso não nos deixarmos levar por exageros sentimentais.

A perseguição aos Judeus e o estabelecimento da Inquisição em Portugal foram combatidos pela maior parte dos escritores portugueses, sobretudo pelos românticos do século XIX; e até pelos estrangeiros, desde Montaigne até Voltaire.

Últimamente, o estudo mais profundo e mais imparcial da questão explicam-na melhor; mas não devemos cair no exagêro oposto, de louvar os actos crudelíssimos da Inquisição... Pode justificar-se a criação do famoso tribunal, como faz Alfredo Pimenta (60), mas nunca poderão admitir-se como legítimos os tormentos a que eram submetidos os suspeitos de heresia.

A obra fundamental para o estudo imparcial e equilibrado dêstes problemas é a «História dos Cristãos Novos Portugueses», de Lúcio de Azevedo (34), cujo espírito quereria transcrever para aqui.

Deve ter sido antiqüíssima a chegada dos primeiros Judeus a Espanha, e os conflitos com a população nativa deviam começar desde logo, pois havia entre êles contrastes flagrantes, no aspecto físico, no traje, nas crenças e nos preceitos morais; exerciam os Judeus um comércio excessivamente ganancioso, e escandalosa usura, que os tornava antipáticos.

No tempo da monarquia visigótica, contra tôdas as leis, os Judeus casavam com cristãs, tinham escravos cristãos, e obrigavam-nos a circuncidar-se. No reinado de Sisebuto (613) deu-se a primeira perseguição contra os Judeus que não quiseram baptizar-se e que foram expulsos de Espanha.

Nesse tempo havia povoações inteiramente hebraicas na Península e, como vimos, os Judeus auxiliaram a invasão árabe.

Como já disse, alguns dos nossos reis (D. Afonso III, D. Dinís, D. Afonso V) tinham a maior tolerância para com os Judeus, que abusavam desta, seduzindo raparigas cristãs e esmagando o povo com a usura.

Como tive ocasião de dizer, tanto em Espanha como em Portugal os Mouros eram bem tratados pelo povo, que, pelo contrário, odiava os Judeus; mas os maiores inimigos dêstes eram os Judeus convertidos ao catolicismo.

Recorde-se a maneira bárbara como D. João II mandou povoar a Ilha de S. Tomé com os filhos menores arrebatados aos Judeus, assim como a espantosa miséria dos que, expulsos de Espanha, emigraram para Portugal.

E repete que «estava mais em harmonia com a realidade dizer-se que os Judeus escolheram para refúgio a Holanda por ser país opulento, do que sustentar que dêles essa opulência proveio».

O povo tinha a noção de que, mudada pelo baptismo a fé, se transformava a psique do intruso; «baldada ilusão, diz Lúcio de Azevedo, pois o Cristão-novo, continuava a ser o mesmo açam-

barcador da riqueza, o mesmo impiedoso usurário, o mesmo especulador da miséria pública».

E explica a carnificina de 1506 pela *intolerância fanática das turbas exaltadas*. Casos semelhantes se deram, efectivamente, na Revolução Francesa e na última guerra civil espanhola.

O messianismo encarnado em D. Sebastião devia ser de origem judaica, assim como o sebastianismo e a idéia do Quinto Império defendida pelo P.^o António Vieira.

O ridículo caía sôbre a raça judaica, à qual o povo imputava defeitos físicos asquerosos: eram menstruados como as mulheres, mal cheirosos de corpo e possuíam apêndice caudal como os brutos. Além disso, eram essencialmente cobardes, o que destoava do heroísmo congénito dos verdadeiros Portugueses.

O instinto nacional repudiava a raça judaica e D. Manuel não podia deixar de atender ao instinto do seu povo.

A expulsão resolveu um grave problema político; pois os Judeus mostravam-se traidores à pátria que os acolheu.

Já vimos como êles favoreceram a invasão da Península pelos Mouros, e como se bandearam com os partidários de Leonor Teles contra o Mestre de Avis.

As perseguições ordenadas por D. João II, D. Manuel I e D. João III, assim como as dos Reis Católicos de Castela, foram actos políticos sugeridos pela vontade do povo.

Em Bragança e na Beira, onde abundavam os Cristãos-novos, persiste ainda a tradição dos *afoadores* ou *abafadores*, Judeus que tinham por missão estrangular os seus irmãos de crença, quando moribundos. Parece que não se trataria de prática de eutanásia, mas sim de impedir que os doentes denunciassem, na hora da morte, os seus correligionários.

Se não fôsse a resistência tenaz dos Cristãos e a brutal defesa de que usaram, tudo leva a crer que os Judeus, com a sua vitali-

dade de raça prolífica e a fé inabalável nos seus destinos, transformassem a Península numa colônia de Israel.

Sucedeu entre nós com os Judeus o mesmo que na Alemanha sucedeu quando se estabeleceu a reforma luterana e só raras famílias aristocráticas excluíram tenazmente os elementos judaicos. Mas, apesar da fusão dos Cristãos-novos com os Cristãos-velhos, ainda, em muitas famílias, se mantêm tradições, usos e costumes que são de origem hebraica.

No tempo de Filipe II, os Cristãos-novos eram excluídos das Misericórdias de Lisboa e Pôrto, dos Colégios de Coimbra, das ordens religiosas e militares, etc. Apesar do rigor das leis, os Cristãos-novos insinuavam-se por tôda a parte.

Os Judeus nunca foram lavradores, nem marinheiros, nem soldados, mas viviam alimentando-se do trabalho alheio. Eram mercadores, médicos, boticários, clérigos, advogados e escrivães. Os médicos e farmacêuticos eram acusados de matar legalmente inimigos cristãos, que, por outro lado, eram roubados e explorados pelos Judeus das outras profissões.

Quando se estabeleceu a Inquisição, os condenados por êste tribunal pertenciam, em regra, às classes humildes, mas, em fins do século XVII, não faltavam doutores, cônegos, frades e freiras incriminados.

Os jesuítas eram defensores dos Judeus, que tiveram um grande protector no P.^o António Vieira, que a Inquisição perseguiu, como é sabido.

Os dias de auto da fé eram de regozijo público, em que o populacho, com os seus instintos sanguinários, tripudiava.

Os condenados à fogueira pertenciam a tôdas as classes e nem sequer escaparam o *Perceptor infeliz* António Homem e António José da Silva, o autor de comédias tanto apreciado pelo povo.

A tolerância do Marquês de Pombal foi um acto político como

a dos reis que perseguiram os Judeus: Pombal, era profundamente religioso e familiar do Santo Ofício. Se protegeu os Judeus foi por mera utilidade pública e não por motivos sentimentais.

Só dois ou três séculos depois dos Reis Católicos e de D. Manuel I é que o judaísmo desapareceu totalmente da Península e seus domínios. «Os que não tinham emigrado foram totalmente absorvidos na linhagem comum dos Cristãos», diz Lúcio de Azevedo.

Para mostrar ainda como os Judeus gozavam de grandes privilégios em frente dos Cristãos, citava ainda aquêlê escritor (34) o facto de lhes caber menor parte nos flagelos com que Deus castigou o mundo: a guerra, a fome e a peste.

«Porque à guerra não vão e são os primeiros que fogem; se se espera a fome não na sentem, pois têm os tratos do trigo, mel, azeite, vinho, carnes, pescado sêco e mais mantimentos; para a peste têm muito boas quintas, herdades e casais, onde se recolhem a tempo...»

Vejamõs agora como os grandes escritores do século XVI encararam a questão judaica.

Gil Vicente muito se ocupa das manhas e costumes dos Judeus: oiçamos o depoimento dêsse grande intérprete da alma popular:

No *Auto da Barca do Inferno* aparece um Judeu que, mesmo naquelas circunstâncias extremas, mostra as suas preocupações financeiras. Traz um bode às costas e diz ao diabo:

«Passai-me por meu dinheiro.

.....

Eis aqui quatro tostões,

E mais se vos pagará:

Por vida de Sema Fará

Que me passeis o cabrão.

Quereis mais outro tostão?»

Chega-se à conclusão que nem o diabo queria levar o Judeu, mas, por fim, sempre se resolveu:

«Ora sus, dêmos à vela.
Vós, Judeu, ireis à toa,

Que sois mui ruim pessoa
Levai o cabrão na trela.»

No *Diálogo sobre a Ressurreição*, o rabi Levi esquematiza em poucas palavras a mentalidade da sua raça:

«Fundemo-nos todos em haver dinheiro;
Porque quer seja nosso, quer seja alheio,
He Deu verdadeiro.
E ter mão na burra.»

No *Auto da Cananeia*, a Lei da Escritura Hebraica, lamenta-se que o seu gado

«Sempre pasce em mesa alheia,
E sabes que gado é?
Tudo raposos e lóbos:
E eu te dou minha fé:
Que é a mais falsa relé

Que ha hi nos gados todos.
.....
Os meus foram escolhidos
E fizeram-se perversos.»

No *Romance à aclamação de D. João III*, cada um dos senhores de Portugal, ao beijar a mão do Rei, dava-lhe conselhos:

«O de Portalegre dizia,
Mui católico privado:
Senhor, sejais bem casado,
E sempre com alegria
Logreis vós vosso reinado.

E porque mui nomeado
Por todo o mundo sejais,
Herejes não consintais,
Porque está Deus assanhado
Nos mostram os temporais.»

Gil Vicente, contudo, não parecia inteiramente da opinião do Conde de Portalegre, pois, a propósito do tremor de terra de 26 de Janeiro de 1531, em carta que escreveu a D. João III, insurge-se contra os frades que disseram ser o terramoto um castigo de Deus.

Na *Farsa de Inês Pereira* interveem dois Judeus casamen-

teiros, e um dêles, abençoando o casamento, reclama, todavia, o seu estipêndio:

«Pera bem sejais casados.
Dai-nos cá senhos ducados.»

No *Auto da Lusitânia* entram dois Judeus e a Mãe de Lediça, conhecendo o seu feito, pergunta:

« Isso é coisa de proveito? »

Diz Lúcio de Azevedo (34) que Gil Vicente traduz a opinião comum a respeito dos Judeus: sórdidos, enganadores, cubiçosos, tão desprezíveis que nem o próprio diabo os quer receber a bordo da sua barca, levando a reboque o pobre condenado às penas do inferno.

Transcreveremos, agora, alguns passos das curiosas melopeias de Garcia de Resende (31):

142

«Hos judeus vij caa tornados
todos nũo tempo christãos,
hos mouros entã lançados
fora do reyno passados
& ho reyno sem pagãos,

vijmos sinogas mezquitas,
em que sempre erã dictas
& prégadas heresias,
tornadas em nossos dias
Igrejas Sanctas benditas.

143

Vijmos ha destruiçãam
dos Judeus tristes errados,
que de Castella lançados
forã cõ gram maldiçãam
a ho reyno de Feez passados

de Mouros forã roubados,
deshonrados, habiltados,
q̄ filhos, filhas, & mães,
lhe incestauão esses caães
moças, & moços forçados.

144

Vijmos grãdes judiarias,
judeus, guinolãas, & touras,
tambẽ mouras, mourarias,
seus bailos, galantarias
de muitas fermosas mouras,

sempre nas festas reaes,
serão hos dias principaes,
festa de mouros auia,
tambem festa se fazia
que non podia ser mais.

Vij q̄ em Lixboa se alçarã
pouoo baixo & villãos
contra os nouos christãos,
mais de quatro mil matarã
dos q̄ ouuerã aas mãos.

hũos delles viuos queimarã,
mininos espedaçaram,
fizeram grandes cruezas,
grandes roubos, & vilezas
em todos quantos acharam.

Estando soo ha cijdade
por morrerem muito nella,
se fez esta crueldade;
mas el rey mādou sobrella
cō muy grẽnde breuidade,

muitos foram justiçados,
quantos acharã culpados,
homẽs baixos & bragantes;
& dois frades obseruantes
vijmos por isso queimados.»

Damião de Gois (39) informa que a resolução de D. Manuel de expulsar os Judeus do reino foi tomada depois de ouvir muitos pareceres sôbre o assunto, pois que o papa os consentia nas terras da Igreja, assim como as diversas nações católicas, como a Itália, a Hungria, a Boémia e a Polónia.

Foi muito ponderada a resolução do rei, que se baseou na vontade do povo e no pensar dos seus conselheiros.

São muito numerosos os costumes e as tradições relacionadas com os Judeus; mas, por agora, referir-me-ei sòmente aos que, mais ou menos, se encontram por todo o País.

Camilo Castelo Branco (5), no seu romance histórico sôbre António José da Silva, refere-se a vários costumes judaicos e a várias práticas judaizantes, tais como: cerimónias da agonia e da morte (I, p. 220), do casamento (I-122), aos jejuns dos meses de Adar e de Nisan (1,83) e a outros costumes judaicos (II, p. 173).

D. Carolina Micaëlis de Vasconcelos (6) estudou a lenda do Judeu errante em Portugal, mas nada encontrou na tradição popular. Confronta-a com a lenda do «João-de-espera-em-Deus» («Revista Lusitana», I, II).

Gomes Pereira (6-x) arquivou a expressão «Falso como Judas», colhida em Vila Real.

Tomás Pires (6-xi) informa que, «às terças e sextas-feiras, só os Judeus cortam as unhas e fazem a barba».

Diz o mesmo investigador que outrora costumavam os Judeus andar vendendo tremoços curtidos (6-xvii).

O mesmo etnógrafo (Idem) fala no costume de «Andar às vozes», e filia-o na superstição judaica de *Bath Kol*: saíndo-se de orar em recinto sagrado, a primeira palavra que se ouvia era resposta ao pedido que se havia feito a Deus.

Teófilo Braga (6-xvii) arquiva o adágio de Jorge Ferreira:

«O lavor a Judia,
Endereçado de noite, e dormia de dia.»

Pedro de Azevedo (6-xxiv) fala dos hábitos e costumes dos Judeus no século xvii e José Maria Adrião (6-xxvi) regista o ditado: «Rico como um Judeu».

Gama Barros (6-xxxv) refere-se largamente aos Judeus e Mouros em Portugal, e Adolfo Coelho (11-1,3) regista o curioso ditado: «Não estavam todos os Judeus na Rua Nova».

Lúcio de Azevedo (23-iii), como vimos, atribue a decadência de Portugal à mestiçagem com os Judeus e com os Negros; diz que D. António, Prior do Crato, tinha nas veias sangue judaico, por parte da mãe e que os Judeus lhe forneceram dinheiro para a revolta. Poucas vezes se terão dado casos como êste, de estarem os Judeus ao lado dos interêsses da Nação!

O mesmo autor narra o processo de António José da Silva, de maneira um pouco diferente da de Camilo (5).

Apresenta Lúcio de Azevedo (26-4.º vol.) uma lista dos Judeus célebres oriundos de Portugal e arquiva a «oração da manhã» da judia Brites Henriques, condenada no Santo Ofício em Lisboa 21-viii-1674:

«Bendita la luz del dia,
el Señor que la envia.
Ella nos dê graça e alegria,

e saber para fazer a sua vontade,
para que quando morrer possamos aparecer,
no reino da claridade.»

Confronte-se esta prece judaica com a oração popular cristã,
da qual há muitas variantes:

«Bendita seja a luz do dia,
Bendito seja quem a cria,

Bendito seja o santo ou santa dêste dia!
Padre Nosso! Avê Maria!»

Leite de Vasconcelos (44) regista numerosos apelidos de origem hebraica e informa (64-v) que, no fim do século XVI, a população de Lisboa era de 200:000 habitantes, sendo um têtço de Negros e um têtço de Cristãos-novos; e, noutro passo do mesmo volume, diz que hoje o que pode restar dos Judeus está mais ou menos fundido com a população geral, conquanto o povo de certas regiões raianas designe como judaicos certos grupos e ainda, algures, pratiquem o juadaísmo.

Na mesma obra (64-vii), o notável etnógrafo regista, muito desenvolvido, o conhecido ditado:

«Livra-te do Mouro e do Judeu
E do homem de Viseu;
Mas lá vem o Braguês,

Que é pior que todos três;
E o do Pôrto, com seu contrato
É pior que todos quatro.»

Parece que só o primeiro verso mostra o verdadeiro sentir do povo. Os outros seriam, pouco a pouco, acrescentados, como remoque entre os habitantes das diversas terras, o que é vulgaríssimo, como se vê ainda no ditado:

«Os homens de Vouzela,
Alguns que são,

Também tocam na trombeta
Lá na procissão (isto é, são Judeus).»

★

Estudemos, por último, a entrada dos Negros na população portuguesa e as suas influências étnicas.

Já dissemos que, no conhecido mapa das raças da Europa,

de von Eickstedt, vem indicada uma zona de habitantes negróides, ao Sul do Têjo.

Trata-se, com certeza, dos «carapinhas» da ribeira do Sado (Alcácer-do-Sal), raça originária da África. São mulatos, diz Leite de Vasconcelos (41-II) e alguns de côr bastante carregada, de cabelo encarapinhado, platirrínicos.

Muito antes das Descobertas, ingressaram alguns Negros na Península: na invasão cartaginesa do tempo de Aníbal entraram alguns libi-fenícios e, desde o princípio do século II em diante, os Mouros fizeram na Hispania incursões.

No tempo de Marco Aurélio, o teatro da guerra com os Mouros foi principalmente a Bética e a Lusitânia e, no século VIII, como é sabido, os Árabes invadiram a Península, trazendo Africanos consigo.

No tempo das Descobertas, porém, é que os Negros entraram em grande número no nosso País. Disse Clenardo, certamente com exagêro, que, no século XVI, Portugal estava tão cheio de Negros e Mouros, que parecia que, em Lisboa, havia mais escravos daquelas raças, de que Portugueses livres.

«Há, pois, diz Leite de Vasconcelos (41), duas espécies de influências africanas em Portugal: uma antiga, devida à proximidade do continente africano, e às conquistas ou incursões que cá fizeram os povos da África; outra moderna, devida às conquistas dos Portugueses.»

E o mesmo ilustre escritor (64-I) manifesta o parecer de que a mancha negróide de Alcácer-do-Sal, é de origem recente. «Como colonização tardia, diz Leite de Vasconcelos, circunscrita em território pouco extenso, temos, no concelho de Alcácer-do-Sal, famílias de mulatos, que nasceram do cruzamento de Portugueses com Pretas, ou vice-versa».

Já em 1433 trouxe Gil Eanes alguns cativos feitos nas Canárias, mas foi em 1441 que entraram no reinó os primeiros escravos

negros adquiridos na África Ocidental. Depois chegaram, em anos sucessivos, novas levas, às dezenas, às centenas (Leite de Vasconcelos 64-v).

A empresa das Descobertas, diz Gama Barros (8) era mal vista do público. «Mas depois que os frutos das Ilhas começaram a vir para o reino e depois que as levas de escravos trazidos para o reino da costa de África principiaram a chegar a Lagos e a Lisboa, desde então as repreensões converteram-se em louvores».

A frota de Lançarote trouxe de Arguim para Lagos 235 escravos, dos quais coube o quinto ao Infante D. Henrique, o qual assistia, a cavalo, à sua distribuição.

Cada ano vinham de África 700 ou 800 escravos, que muito facilmente se obtinham na costa da Guiné: por um cavalo recebiam-se em troca dez ou doze pretos.

As côrtes de 1472-73 referiram-se ao comércio dos escravos da Guiné e pediam ao Rei que não autorizasse a sua saída para o estrangeiro, pois prestavam grande serviço no reino, povoando terras e arroteando matagais.

O comércio de escravos passava por ser tão lícito como qualquer outro e era muito rendoso. Desde 1486 a 1496 o almoxarife dos escravos recebeu 14.580:278 rs. por 3:989 dêsses desgraçados.

O melhor trabalho moderno sobre o assunto parece-me ser o do lusófilo Edgar Prestage (56), do qual extraírei as notas seguintes:

«A expedição comandada por Lançarote Pessanha em 1448 trouxe numerosos indígenas africanos e até 1448 foram trazidos para Portugal 927 gentios africanos, dos quais a maior parte foram tornados ao verdadeiro caminho da salvação.»

Depois de chegarem as primeiras três carregações de cativos africanos, começaram os Portugueses a admirar o Infante D. Henrique, e os homens de Lagos, onde o Infante vivia, pediam para

ir buscar escravos. Em 1444, Lançarote capturou 235 indígenas, que foram distribuídos como gado.

Fácilmente eram convertidos ao cristianismo, chegando um deles a fazer-se frade franciscano num convento do Cabo de S. Vicente.

E. Prestage, baseado em Zurara, continua a narrar a maneira como os Navegadores traziam indivíduos africanos para Portugal, os quais davam ao Infante D. Henrique preciosas informações para o prosseguimento das Descobertas.

Duarte Pacheco (Esmeraldo) aponta os grandes benefícios obtidos pelo Infante, pois as terras entre o Senegal e a Serra Leoa costumavam produzir todos os anos mais de três mil e quinhentos escravos...

Em 1501, os Côrtes Reais trouxeram da Groenlândia sessenta Índios, que fizeram grande impressão nos Portugueses.

Mas não fêz progressos o comércio com os indígenas americanos.

Álvares Cabral não trouxe índios brasileiros, para não os ofender.

Almeida Moreira (As influências coloniais na cultura primitiva portuguesa — «Trabalhos do Congresso Nacional de Antropologia Colonial», Pôrto, 1934) informa que, na capela-mór da Sé de Viseu, existe um quadro pintado em princípios do século XVI, parece que por Jorge Afonso, o qual representa a «Adoração dos Reis Magos». Em vez do Rei Negro, o pintor representou um Índio do Brasil, com a indumentária própria desses indígenas.

Conta Prestage um episódio picaresco passado por ocasião da viagem de Cabral ao Brasil.

«Um velho tinha o beijo furado tão profundamente que se podia enfiar um dedo polegar pela abertura; e nêle tinha metida

uma pedra verde, que Pedro Álvares lhe fêz tirar. O mesmo velho queria meter a pedra na bôca do capitão, o que causou risota...»

Os Portugueses não tinham qualquer escrúpulo em misturar o seu sangue com os africanos trazidos pelos primeiros navegadores; e, pela mesma razão, foi possível colonizar a Índia com os casamentos, promovidos por Albuquerque, entre os Portugueses e as mulheres de Goa.

«De tanto se lidar com Mouros, Pretos e escravos de tôdas as origens, diz Leite de Vasconcelos (43) enriqueceu-se a língua de muitos vocábulos, expressões metafóricas, frases, provérbios (*escravidão, escravatura, servir como um Mouro, mourejar, cativo de amor, etc...* é um Negro de trabalho, o trabalho é bom para os Pretos. *Prêto velho não aprende língua. Quando o Prêto pinta, conta duas vezes trinta. Quem poupa seu Mouro, poupa seu ouro, etc.*)»

Ainda hoje se chama «língua de Prêto» ou «pretuguês» à linguagem deturpada.

Pedro de Azevedo (6-v), estudando as superstições portuguesas, ocupa-se largamente na influência dos Mouros, dos Judeus e dos Negros nas crenças populares dos povos da Península, das feitiçarias de origem africana, da irmandade de Negros que tomava lugar nas procissões de Lisboa, nos ritos africanos que os Negros espalharam entre nós.

Vejamos agora como os nossos grandes escritores consideraram a influência dos Negros na população portuguesa. Gil Vicente (16) por três vezes se refere à linguagem estropiada dos Pretos: No *Clérigo da Beira* entra um Negro muito pitoresco, pela língua e pelos tregeitos. O mesmo sucede com o *Negro de Beni*, da *Nau de Amores*. Mas a cena vicentina mais engraçada sôbre tal assunto é a do Negro da *Frágua do Amor*, que pediu para o fazerem branco e para lhe consertarem a platirrinia e o ectrópio labial:

«Faze-me branco, rogo-te, homem,
 Asinha, logo, logo, logo:
 Mandai logo acender fogo,
 E minha nariz feito bem,
 E faze-me beija delgada, te rogo.»

Conseguiu, efectivamente o Negro ficar «Branco como ovo de galinha», leptorrínio e com dedos formosos. «Sai o Negro da frágua muito gentil homem branco, porém a fala de negro não se pôde tirar na frágua» e êle arrependeu-se de se ter sujeitado a ser martelado na «Frágua do Amor». Se continua a falar *guiné*, se não fala português, para que lhe serve ser branco?

Também Garcia de Resende (31) se refere à inundaçãõ dos Negros e suas tristes consequências («Miscelânea», 58-59-189):

«Hũos aos outros se vĕdĕ,	he cousa que sempre val,
& para muitos mercadores,	& tres dobra ho cabedal.
que nisso soomĕte entĕdem,
& hos engānam, & prĕdem,	veemos no reyno metter
& trazem aos tratadores.	tantos captiuos crescer,
.....	& yrem-se hos naturaes,
Vĕ grā somma a portugal	que se assi for, seram mais
cadāno, tãbĕm das ilhas,	elles que nos, a meu veer.»

Também o grande Camões (53) se refere aos Negros. Vejam-se as «Endechas a Bárbara escrava», poesia amorosa que revela uma estranha afeição:

«Aquela cativa,	Pretidão de Amor,
Que me tem cativo,	Tão doce a figura,
Porque nela vivo,	Que a neve lhe jura
Já não quer que viva.	Que trocara a cõr.
Que nunca vi rosa	Leda mansidão,
Em suaves molhos,	Que o siso acompanha;
Que para meus olhos	Bem parece estranha,
Fõsse mais formosa.	Mas bárbara não.
.....»

Muito mais perto de nós, Camilo Castelo Branco (5), também se refere ao tratamento dos escravos negros em Lisboa, no século XVIII, a propósito da falta de limpeza da capital naquela época. Num episódio do seu romance histórico *O Judeu*, emprega

a seguinte frase: «Que deliciosa a perfumada Lisboa era aquela, à qual Jácome Ratton, com desenfeitado estilo, denomina por excelência a *fedorenta cidade de Lisboa!*»

Citemos agora alguns ditados e canções relativas aos Pretos.

Abílio Monteiro (18) registou o seguinte provérbio:

«A quem tem raça de pretos, sempre se lhe conhece.»

«Em vários pontos do País, diz Cardoso Marta (32-IV), os rapazes (e até os velhos), sempre que topem na rua com prêto, imitam um espirro — *âtchim!*»

O mesmo folclorista (32-I), no seu trabalho *O povo e a Grande Guerra*, arquiva a quadra seguinte:

«Adeus, ó preto de *Ingola*,
Adeus, cabeços de *Holanda*,

Adeus, ó maldita guerra,
Por onde o meu amor anda!»

Em 1468, informa Leite de Vasconcelos (43), falando de numerosos escravos negros, havia um negro escravo, que se chamava *Pero Branco*.

Pedro Fernandes Tomás (57) arquiva as seguintes canções:

Marujinho

.....
«Ai lé, ai lé, ai lé,
Cabo Verde, S. Tomé,
Já estive quâsi perdido
Lá no Golfo da Guiné.

.....
Ai lé, ai lé, ai lé,
Peito à barra, finca o pé.
Quem me dera ver, agora
Mulatas de S. Tomé,.....»

O preto

«Quem quiser que o preto faça
O trabalho com vontade,
Dê-lhe feijão, aguardente,
Não lhe tolha a liberdade.
Traz, traz!
Quem é?»

É o preto que vem de Angola,
Com o seu cachimbo na bôca
Seu chapéu à espanhola.
O preto é rei dos bichos,

Imperador dos macacos,
Não descansa, passa fome
Leva a vida sem sapatos.
Traz, traz! etc.

Ai lari, lari, lólela,
Batatas com bacalhau.
O preto é para a preta,
São peças do mesmo pau.
Traz, traz! etc.»

Leite de Vasconcelos (64-vii) regista as seguintes quadras, que pertencem a uma das versões do romance *A bela Infanta*:

« Venham cá pretos e pretas,
Arrastem-me agora aqui,

Ao rabo dos meus cavalos,
Em roda do meu jardim !»

Na seqüência desta obra ⁽¹⁾, da mesma forma que farei para os Mouros e Judeus, também estudarei a influência dos Negros na população de cada uma das nossas províncias.



Sobre as raças africanas e a possibilidade de as trazer eficazmente à civilização europeia, há duas opiniões opostas: uma que admite e outra que nega tal possibilidade.

Depois da Grande Guerra, principalmente os Alemães e os Italianos, dedicaram-se a profundos estudos de antropologia e etnologia, chegando aquêles a conclusões, que me parecem exageradas e que levaram a Alemanha a tomar providências tão violentas contra os indivíduos das raças exóticas, que chegaram à lei da esterilização sexual.

Para os Italianos, diz Lidio Cipriani (65) fixou-se que as raças de côr africanas são duma inferioridade irredutível, ligada a causas biológicas, e transmissível de geração em geração.

É preciso, diz Cipriani, evitar a mistura de sangue com as raças inferiores.

As raças negras, incapazes de progresso, estão tão atrasadas como no tempo em que lá chegaram os primeiros europeus.

É uma utopia pensar que podem criar-se na África estados negros, com exércitos de terra e mar, tribunais, universidades e oficinas, como na Europa.

(¹) J. A. PIRES DE LIMA — *Mouros, Judeus e Negros na História de Portugal*. Pôrto, Liv. Civilização, 1940.

Já houve em África grandes estados, que se tinham desenvolvido antes da conquista europeia (Benomotapa, Zimbâbué). A êle se refere o nosso Camões (44):

«Vê do Benomotapa o grande império,
De selvática gente, negra e nua;
Onde Gonçalo morte e vitupério
Padecerá, pela Fé Santa sua.»

(*Lusiadas*, X).

Êste império ficou reduzido a ruínas, diz o antropologista italiano, por ter sido invadido por uma raça inferior, com a qual os habitantes misturaram o sangue.

Talvez por idêntico motivo desaparecessem os primitivos impérios do Egito, de Cartago e da Abissínia.

Alguns Negros, diz Cipriani, podem fazer cursos universitários e tôdas as raças podem receber a nossa cultura. O que não podem é fazê-la progredir, pois o progresso é obra das raças superiores, ou até, às vezes, de um só homem, com qualidades de inovador. Tais homens só podem surgir no seio das raças superiores, que nunca devem realizar cruzamentos com as raças inferiores.

As civilizações desaparecidas devem a sua ruína ao facto de não terem acautelado a pureza da sua raça. Os Bochimanes destruíram a civilização de Benomotapa, da qual ainda se vêem grandiosos vestígios na Rodésia.

Ataca o ilustre antropologista italiano certos países que não vêem o perigo da invasão do sangue negro, êrro que reputa gravíssimo.

Deverão introduzir-se na África os métodos europeus de higiene e de assistência e deverá fazer-se dos Negros nossos modestos auxiliares, sem que lhes criemos a veleidade da futura independência. Os Negros devem ficar na África, mantendo-se, na Metrópole das nações coloniais, a pureza da raça e impedindo-se a mestiçagem.

Portugal, a mais antiga das nações coloniais, não se livrou de cometer muitos daqueles erros, mas a nossa legislação actual é sobremaneira sábia e prudente.

O Acto Colonial (70) assim legisla nos seus Artigos 2.º, 15.º e 22.º:

«É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que nêles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente.

O Estado garante a protecção e defesa dos indígenas das colónias, conforme os princípios da humanidade e soberania. As autoridades coloniais impedirão e castigarão conforme a lei todos os abusos contra a pessoa e bens dos indígenas.

Nas colónias atender-se-á ao estado de evolução dos povos nativos, havendo estatutos especiais dos indígenas, que estabeleçam para estes, sob a influência do direito político e privado português, regimes jurídicos de contemporização com os usos e costumes individuais, domésticos e sociais, que não sejam incompatíveis com a moral e os ditames da humanidade.»

BIBLIOGRAFIA

- (1) Manuscrito N.º 227 da Biblioteca Municipal do Pôrto... Título dos Judeus que se baptizarão em pé na Villa de Barcellos no anno de 1497.
- (2) « O Pantheon », Pôrto, 1880.
- (3) LEITE DE VASCONCELOS — *Tradições populares de Portugal*, Pôrto, 1882.
- (4) « Revista de Guimarães », 1884/1938.
- (5) CAMILO CASTELO BRANCO — *O Judeu*, romance histórico, 1/II, Lisboa, s. d. (Colecção Camilo Castelo Branco).
- (6) « Revista Lusitana », 1887/1939.
- (7) MENDES DOS REMÉDIOS — *Os Judeus em Portugal*, Coimbra, 1895.
- (8) GAMA BARROS — *História da Administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, I, II, III e IV, Lisboa, 1896/1922.

- (9) RICARDO JORGE — *Origem e desenvolvimento da população do Pôrto*. Notas históricas e estatísticas, Pôrto, 1897.
- (10) ABÍLIO MONTEIRO — *Poesias e canções populares do concelho da Maia*, Pôrto, 1900.
- (11) «Portvgalia», Pôrto, 1900/1908.
- (12) ALBERTO PIMENTEL — *Santo Thyrso de Riba d'Ave*, Santo Tirso, 1902.
- (13) TOMÁS PIRES — *Cantos populares portugueses*, Elvas, 1902-/1910.
- (14) LEITE DE VASCONCELOS — *Ensaios etnográficos*, III, Lisboa, 1906.
- (15) MAXIMIANO LEMOS — *Amato Lusitano — A sua vida e a sua obra*, Pôrto, 1907.
- (16) Obras de GIL VICENTE — ed. de MENDES DOS REMÉDIOS, Coimbra, 1907/1914.
- (17) *O Tripeiro*. Pôrto, 1908/1931.
- (18) ABÍLIO MONTEIRO — *O carácter revelado*, Pôrto, 1908.
- (19) LEITE DE VASCONCELOS — *Ensaios etnográficos*, IV, Coimbra, 1910.
- (20) LEITE DE VASCONCELOS — *Ensaios etnográficos*, I, 2.ª ed., Esposende, 1911.
- (21) CARDOSO MARTA e AUGUSTO PINTO — *Folclore da Figueira-da-Foz*, I, Esposende, 1911.
- (22) CARDOSO MARTA e AUGUSTO PINTO — *Folclore da Figueira-da-Foz*, II, Esposende, 1911.
- (23) LÚCIO DE AZEVEDO — *Estudos para a história dos Cristãos-Novos em Portugal*. («Revista de História», II), 1913.
- (24) LÚCIO DE AZEVEDO — *Cristãos-Novos*, IV («Revista de História», III), 1914.
- (25) ALEXANDRE HERCULANO — *História de Portugal*, 7.ª ed., Lisboa, 1914/16.
- (26) LÚCIO DE AZEVEDO — *Judeus portugueses na dispersão* («Revista de História», IV), 1915.
- (27) A. C. PIRES DE LIMA — *Tradições populares de Santo Tirso* («Revista Lusitana», XVIII, XIX e XX), 1915/1921.
- (28) BENTO CARQUEJA — *O povo português*, Pôrto, 1916.
- (29) GOMES PEREIRA — *Tradições populares, linguagem e toponímia de Barcelos* — Esposende, 1916.
- (30) JOSÉ DA SILVA VIEIRA — *Cancioneiro Minhoto*, I, Esposende, 1917.
- (31) GARCIA DE RESENDE — *Miscelânea e variedades de História*, ed. de MENDES DOS REMÉDIOS, Coimbra, 1917.
- (32) «Lusa», — I e IV, 1917/1924.
- (33) «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia», Pôrto, 1919/1938.
- (34) LÚCIO DE AZEVEDO — *História dos Cristãos-Novos Portugueses*, Lisboa, 1921.
- (35) J. A. PIRES DE LIMA — *Tradições portuguesas de origem possivelmente muçulmana* («Rev. de Guimarães» — Guimarães) e (Colecção Silva Vieira) — Esposende, 1922/1925.
- (36) PEDRO FERNANDES TOMÁS — *Canções populares da Beira*, Coimbra, 1923.
- (37) MENDES CORRÊA — *Os povos primitivos da Lusitânia*, Pôrto, 1924.
- (38) FRANCISCO MANUEL ALVES (Reitor do Baçal) — *Memórias arqueológico-histórias do Distrito de Bragança*, IV. *Os Judeus no Distrito de Bragança*, Bragança, 1926.
- (39) DAMIÃO DE GOIS — *Crónica do felicíssimo Rei D. Manuel*, Coimbra, 1926.

- (40) FORTUNATO DE ALMEIDA — *História de Portugal*, v, Coimbra, 1927.
- (41) LEITE DE VASCONCELOS — *De terra em terra*, I e II, Lisboa, 1927.
- (42) JAIME LOPES DIAS — *Etnografia da Beira*, II, Famalicão, 1927.
- (43) LEITE DE VASCONCELOS — *Antroponímia portuguesa*, Lisboa, 1928.
- (44) *Os Lusíadas* — de LUÍS DE CAMÕES, ed. de A. LOPES VIEIRA e JOSÉ M. RODRIGUES, Lisboa, 1928.
- (45) «Portvcale», I-XII, Pôrto, 1928/39.
- (46) A. C. PIRES DE LIMA — *Cancioneiro popular de Vila Real* (colhido por ESTEVES DE AGUIAR), Pôrto, 1928.
- (47) P. FIRMINO A. MARTINS — *Folklore do Concelho de Vinhais*, Coimbra, 1928.
- (48) AFONSO DO PAÇO — *Cancioneiro de Viana-do-Castelo*, Braga, 1928.
- (49) J. DIOGO RIBEIRO — *Turquel folclórico*, Esposende, 1928.
- (50) J. DIOGO RIBEIRO — *Turquel folclórico*, III, Esposende, 1931.
- (51) LUÍS CHAVES — *Portugal além*, I, Gaia, 1932.
- (52) FERNANDA DE MATOS CUNHA — *Notas etnográficas sobre Barcelos*, Pôrto, 1932.
- (53) *Lirica de Camões* (ed. de J. M. RODRIGUES e A. LOPES VIEIRA), Coimbra, 1932.
- (54) SANTOS GRAÇA — *O Poveiro*, Póvoa de Varzim, 1932.
- (55) REITOR DO BAÇAL — *Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança*, IX, Pôrto, 1934.
- (56) EDGAR PRESTAGE — *Descobridores portugueses* (versão portug. de F. E. BAPTISTA), Pôrto, 1934.
- (57) PEDRO FERNANDES TOMÁS — *Canções portuguesas* (do século XVIII à actualidade), Lisboa, 1934.
- (58) ABEL VIANA — *Dança do rancho de Carreço* (Arquivo de Viana-do-Castelo, I), 1934.
- (59) FRANCISCO MANUEL ALVES — *Memórias arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, X, 1934.
- (60) ALFREDO PIMENTA — *D. João III*, Pôrto, 1934.
- (61) LEITE DE VASCONCELOS — *Etnografia portuguesa*, II, Lisboa, 1936.
- (62) JAIME LOPES DIAS — *Etnografia da Beira*, IV, Lisboa, 1937.
- (63) F. C. PIRES DE LIMA — *Cantares do Minho, Cancioneiro popular*, Barcelos, 1937.
- (64) LEITE DE VASCONCELOS — *Opúsculos*, V e VII, Lisboa, 1938.
- (65) LIDIO CIPRIANI — *Razze africane e civiltà dell'Europa* (*Reale Accademia d'Italia*, VIII Convegno «Volta»), Roma, 1938.
- (66) FIRMINO A. MARTINS — *Folklore do Concelho de Vinhais*, II, Lisboa, 1938.
- (67) *Riões alentejanos, Achegas e variantes que usa e conserva a vila de Olivença* (Bazar das Letras, das Ciências e das Artes), «A Voz», Lisboa, (13/X — 1939).
- (68) JAIME LOPES DIAS — *Etnografia da Beira*, V, Lisboa, 1939.
- (69) PADRE AGOSTINHO DE AZEVEDO — *A terra da Maia*, I, Pôrto, 1939.
- (70) *Constituição política da República Portuguesa, Acto Colonial*, Lisboa, 1939.
- (71) ABEL VIANA — *Folklore algarvio* («Diário do Alentejo»), Beja, 1939.
- (72) AFONSO LOPES VIEIRA — *A Paixão de Pedro o Cru*, Lisboa, 1940.